

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA ESTADO DO PARANÁ

## Lei nº 2056, de 07 de dezembro de 2022

"Dispõe sobre a Concessão de Direito Real de Uso de imóvel de propriedade do Município à empresa Raio de Luz Artigos Religiosos Ltda. e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná, outorgar Concessão de Direito Real de Uso, fundamentada na Lei de Incentivos à Indústria (Lei Municipal nº 321/2004), à empresa Raio de Luz Artigos Religiosos Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 07.296.573/0001-53, do seguinte imóvel de propriedade do Município:
- I Lote 28, objeto da matrícula 21.849, com área de 2.447,00 m<sup>2</sup> (dois mil quatrocentos e guarenta e sete metros quadrados), localizado no Parque Industrial.

Parágrafo único. A presente concessão é inalienável e destina-se a instalação e funcionamento da cessionária.

- Art. 2º Em contrapartida à concessão de direito real de uso do imóvel discriminado no art. 1º desta Lei a empresa Raio de Luz Artigos Religiosos Ltda. se compromete a:
- I Executar a infraestrutura necessária para sua instalação e funcionamento, inclusive com a construção de 02 (dois) barrações com 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), sendo que pelo menos um deles deverá estar concluído em até 18 (dezoito) meses a contar da data da assinatura do contrato de concessão de direito real de uso.
- II Fazer a manutenção continua da área objeto desta concessão, ficando responsável por todos e quaisquer reparos e eventuais danos causados a terceiros e/ou ao imóvel, zelando ainda por sua boa aparência e conservação, assumindo todos os custos para utilização do mesmo como água, luz, entre outros.
- III Apresentar, no ato da assinatura do contrato de concessão de direito real de uso, relatório discriminado de seu atual quadro de funcionários.
- IV- Gerar no mínimo 26 (vinte e seis) novas vagas diretas de emprego durante o período de concessão.
- V Utilizar dos serviços da Agência do Trabalhador para a contratação de novos funcionários, a partir da publicação desta lei.
- VI- Apresentar para a Comissão Especial de Planejamento, Implantação e Acompanhamento Industrial, semestralmente, relatórios para acompanhamento de desempenho, demonstrando os investimentos sociais, ambientais e empresariais realizados,os benefícios promovidos à municipalidade e o número de funcionários.
- VII Manter atualizados todos os alvarás e licenças para a execução de sua atividade.
- VIII Manter em dia as obrigações tributárias federais, estaduais e municipais incidentes sob o imóvel objeto concessão, bem como as decorrentes do desenvolvimento das





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA ESTADO DO PARANÁ

atividades.

- IX Disponibilizar, sempre que solicitado, todos os documentos comprobatórios necessários acerca do cumprimento das suas obrigações e responsabilidades assumidas por forca desta lei.
- X Doar ao Departamento Municipal de Indústria, Comércio e Turismo 02 (duas) caixas de som de alta qualidade e 02 (dois) microfones para serem utilizados em eventos municipais.
- XI Fornecer mensalmente ao Departamento Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, durante todo o período de concessão, 5 (cinco) kg de sabão em pó, 5 (cinco) frascos de detergente, 10 (cinco) litros de desinfetante, 1 (um) fardo com quarenta rolos de papel higiênico, 3 (três) panos de chão, para uso na limpeza e manutenção dos banheiros do Morro do Bim.
- XII Fornecer, durante 07 (sete) dias, nos finais de ano, durante todoo período de concessão, pipoca, algodão doce e aluguel de 16 (dezesseis) fantasias, para a Casa do Papai Noel.
- Art. 3º A presente concessão será pelo prazo de 15 (quinze) anos, podendo ser prorrogada "ad-referendum" da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Na hipótese de eventual alienação, transferência da empresa para terceiros ou qualquer sucessão empresarial a presente Concessão de Direito Real de Uso deverá ser submetida à nova apreciação pelos poderes Executivo e Legislativo Municipal.

- <u>Art. 4º</u> Os custos decorrentes do registro da presente Concessão de Direito Real de Uso na matrícula do imóvel deverão ser suportados pela concessionária.
- Art. 5º A concessão será revogada, mediante apuração em procedimento administrativo próprio em que seja garantido o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:
- I Extinção, dissolução ou perda das características e finalidades da empresa concessionária;
  - II desvio de finalidade da Concessão de Direito Real de Uso;
  - III não cumprimento das contrapartidas previstas no art. 2º desta lei;
  - IV desativação das atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias;
  - V diminuição de mais de 2/3 do número de empregados;
  - VI violação obrigações tributárias;
  - VII transferência do imóvel para terceiro;
- <u>Art. 6º</u> Revogada a concessão, por qualquer motivo, o patrimônio edificado no imóvel cedido, bem como as benfeitorias, melhorias, não serão objetos de indenização ou retenção, ficando incorporados ao patrimônio público, sem ônus para o Município.
- Art. 7º Sem prejuízo do cumprimento do disposto no art. 33 da Lei nº 21, de 12 de julho de 1999, a Comissão Especial de Planejamento, Implantação e Acompanhamento Industrial fará vistoria semestral nos imóveis concedidos.







## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA ESTADO DO PARANÁ

Art. 8º - Fica dispensada a licitação, face a existência de relevante interesse público, conforme artigos 12 e 21 da Lei Orgânica do Município, bem como a comprovação do preenchimento dos requisitos constantes na Lei de Incentivo à Indústria – Lei Municipal nº 321/04.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA / ESTADO DO PARANÁ / PAÇO MUNICIPAL DR. ALÍCIO DIAS DOS REIS, aos 07 de dezembro de 2022. -

> JOSÉ DA SILVA COELHO NETO Prefeito Municipal